



Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

OS COMUNISTAS e o momento político

O momento político actual confere ao Partido particulares responsabilidades. As condições são favoráveis para que, no ano em curso, a classe operária, as massas populares, as forças democráticas, passando à ofensiva, possam desferir sérios golpes no fascismo e obter grandes sucessos. Em tal processo e para tais resultados, o Partido, pela sua importância no quadro das forças políticas portuguesas, tem um papel determinante a desempenhar. Para isso, cada comunista é chamado a dar novas provas e a confirmar, pela sua acção, a confiança que a classe operária, as massas populares, a juventude, as forças democráticas, têm no Partido.

A perspectiva duma grande ofensiva

Conforme sublinhou em Março a Comissão Política do CC, são traços característicos essenciais da situação política actual o aprofundamento da crise do regime fascista e um novo fluzo da luta popular.

O agravamento da situação económica e da exploração das massas trabalhadoras; as dificuldades e ruína de largos sectores das classes médias como resultado da concentração capitalista; a baixa do nível de vida da população provocada, pela inflação; — conduzem necessariamente à intensificação, alargamento e maior diversificação das lutas económicas da classe operária e das amplas massas populares.

A incapacidade da ditadura para resolver qualquer dos grandes problemas nacionais; o beco sem saída da guerra colonial; a indignação geral que provoca toda a política do governo; o crescente isolamento do fascismo e as suas divisões internas; o facto de que este ano se realizam «eleições» para a Assembleia Nacional, às quais, por razões internas e internacionais, o governo está interessado em dar uma aparente credibilidade; — conduzem necessariamente ao desenvolvimento da luta política.

A par destas condições objectivas, os factores subjectivos são também favoráveis. A organização das forças democráticas reforça-se rapidamente, em formas variadas, maleáveis e adaptadas aos objectivos da luta. Milhares

de novos activistas entram em acção. A unidade amplia-se e reforça-se em todas as frentes.

Estes factores estão conduzindo a um rápido surto do movimento democrático, a um novo nível da luta contra a guerra colonial, à intensificação da luta reivindicativa e sindical dos trabalhadores, a novas acções de massas dos estudantes.

Consequentemente defensores duma política de unidade, os comunistas lutam, ombro com ombro, com todos os outros portugueses dispostos a lutar pelos mesmos objectivos. Os comunistas têm em alto apreço a contribuição de trabalhadores sem partido, de democratas de outras tendências. Mas, ao mesmo tempo, os comunistas têm justa noção do que é e do que representa o seu Partido, das tarefas que lhe cabem e que só ele está em condições de realizar: dinamizar as lutas em todas as frentes, dar-lhes a justa perspectiva comum, imprimir-lhes o espírito de organização, a maleabilidade e a capacidade de defesa que lhes permita progredir, fazer frente com sucesso à repressão fascista e confluir numa única torrente dirigida aos objectivos fundamentais (a luta pelas liberdades, pelo fim da guerra colonial, pelo pão, pela independência nacional).

Existe a perspectiva de uma grande ofensiva popular no ano em curso. Todos os membros do



Partido devem ter plena consciência de que depende em parte decisiva da sua acção que essa perspectiva se transforme em realidade e alcance os mais positivos resultados.

Uma só orientação

Para que o Partido possa cumprir as tarefas apontadas é indispensável a unidade da orientação de todas as organizações e militantes.

Dado o carácter nacional, a amplitude e o processo de coordenação de alguns movimentos, estruturas e iniciativas unitárias, intervêm, numa mesma acção, organizações do Partido que não estão sob o controlo dos mesmos organismos partidários. Isso sucede no movimento democrático, no movimento sindical, no movimento da juventude trabalhadora, no movimento dos estudantes (apesar da existência da UEC), nas acções de mulheres, nas cooperativas e outras frentes de luta.

Para assegurar que, em tais movimentos, estruturas e iniciativas, todos os comunistas defendam uma mesma orientação, é necessário, em primeiro lugar, que exista identidade de vistas ao nível dos organismos de direcção partidária.

A situação é muito complexa. Os problemas regionais e sectoriais apresentam acentuadas particularidades. Não é por isso de admirar que os organismos do Partido de regiões, sectores ou mesmo localidades diferentes, embora integrados na orientação geral, possam concluir por soluções diferentes para os problemas concretos que surgem. Verifica-se também por vezes certa «estricteza regional». Disto já tem resultado que camaradas defendem posições contrárias, julgando todos estarem a defender «a orientação do Partido». As consequências negativas estão à vista. Nesta situação e tendo em conta que muitas vezes não há tempo para unificar os pontos de vista num nível partidário superior, é de encerrar, pelo menos para questões mais importantes nas várias frentes de luta, o estabelecimento de formas de coordenação directa (com o máximo de cuidados na defesa e sempre por decisão dos organismos superiores) entre militantes de diferentes organizações partidárias.

Uma segunda condição para a unidade das posições dos comunistas é a melhor assimilação da orientação do Partido para todas as organizações e militantes.

Na elaboração da orientação partidária, todo o Partido intervém, com informações, experiências, opiniões, ideias e propostas. Mas, quando, em conclusão, o CC ou outros organismos de direcção traçam uma orientação, todos os comunistas devem aplicá-la. Nos casos registados, em que isso não sucede, não se pode desde logo ver indisciplina. Acontece por vezes que a imprensa do Partido não chega a tal ou tal sector, que por via da organização não houve o necessário esclareci-

mento dos problemas, que um ou outro camarada compreendeu mal a linha do Partido. Mas também sucede haver camaradas que não estudam os materiais do Partido e nem ouvem o que lhes chega dos organismos superiores. A discussão e estudo mais atento dos documentos do Partido, a assimilação e o cumprimento da orientação partidária, é tarefa de todas as organizações e militantes.

Uma terceira condição para a unidade das posições dos comunistas é a análise colectiva das situações e a definição colectiva das tarefas em todas as organizações e sectores do Partido.

Não é admissível que suceda, como já tem sucedido, que cada camarada decida «pela sua própria cabeça» e que comunistas apareçam a lutar entre si em trabalho unitário e trabalho de massas. É necessário reunir os organismos, realizar previamente os encontros necessários, debater os problemas sobre os pontos capitais e tomar decisões, a cujo cumprimento todos os membros do Partido do sector respectivo ficam obrigados.

Dentro da orientação geral do Partido, todas as organizações e todos os militantes têm de saber encontrar e decidir as posições mais adequadas às situações concretas, em que aparecem a cada passo factos novos e imprevistos.

As actuais características da luta popular e a ampla unidade alcançada, obrigam os comunistas, a par da firmeza nas posições do princípio, da defesa intransigente da orientação geral do Partido, a grande maleabilidade. Num assembleia democrática, em relação aos problemas de fundo já definidos pelo Partido (por exemplo, em relação às «eleições» fascistas não ser oportuno declarar desde já se se deve ir ou não ao acto «electoral»), nenhum membro do Partido deve tomar posição diversa. Mas em relação a numerosos outros problemas, têm por vezes justamente de decidir no momento a justa posição a tomar, porque o decorrer da discussão, as propostas surgidas, a correlação de forças, a necessidade de um compromisso, aconselham uma solução que não foi encarada. O mesmo acontece em qualquer outra frente da luta popular.

Num processo de desenvolvimento da acção popular como actualmente se verifica, os acontecimentos sucedem-se e as organizações e os militantes são diariamente confrontados com situações imprevistas, a que têm de dar pronta resposta. A vida política corre mais rápida. As soluções e consignas envelhecem mais depressa. Definindo as linhas gerais de actuação, as grandes directrizes, os pontos capitais em que não pode haver concessões, as organiza-

ções do Partido em todos os escalões. **Têm de deixar uma ampla margem de iniciativa e decisão às organizações e militantes sob o seu controlo.**

E as organizações e militantes, chamados a decidir por si, se integrados na linha do Partido e cientes da sua responsabilidade,

Mobilizar e concentrar forças, ter confiança e tenacidade

A luta do povo português não se desenvolve porque o fascismo o permita. Desenvolve-se sempre contra a repressão, as interdições, as ameaças, os obstáculos, as armadilhas, as arbitrariedades, que o fascismo atravessa no seu caminho. Nas diversas frentes da luta popular, a instabilidade, a sucessão de êxitos e insucessos, o encurtamento dos períodos de fluxo e refluxo, traduzem aí **um certo equilíbrio de forças.** Para que, em cada caso, esse equilíbrio se rompa em favor das forças populares, é necessário, em primeiro lugar, que os **comunistas ganhem activistas e as massas para uma justa posição, saibam mobilizar forças e concentrá-las nos pontos decisivos e nos momentos decisivos.**

Uma boa parte dos êxitos alcançados devem-se a uma justa mobilização e concentração de forças e muitas das derrotas ao facto de os militantes, seja porque confiam demasiado no êxito, seja porque têm já por certa a derrota, não mobilizam as forças necessárias. Essa é a lição de todos os dias em qualquer das frentes da luta popular.

Mas isso por si não basta. O fascismo defende palmo a palmo o seu terreno, joga simultaneamente com a repressão e a demagogia, e, quando sofre uma derrota, procura sempre voltar ao ataque e recuperar a posição perdida. Para assegurar o desenvolvimento da luta popular é por isso necessário também **ter confiança e tenacidade, não dar precipitadamente as batalhas por perdas, não desanimar com as dificuldades e os primeiros insucessos, cerrar fileiras contra os ataques do inimigo, não lhe dar tréguas nem aceitar promessas vãs quando ele está a recuar, e acreditar sempre, mesmo nos momentos mais difíceis, que é possível voltar à contra-ofensiva e alcançar a vitória.**

A dinâmica do movimento popular em Portugal está estreitamente ligada à compreensão e aplicação destes princípios.

No movimento democrático, o fascismo declarou numerosas vezes a «ilegalidade» de estruturas e iniciativas. Mas a mobilização de forças, a realização corajosa de assembleias, a constituição de amplíssimas comissões, a solidariedade recíproca, permitiram resistir à

não devem sentir-se peados pelo «receio de errar». **Devem sentir que o Partido confiante, confia a sua capacidade de decisão, confia em que, na aplicação da linha do Partido, darão provas de dinamismo, de iniciativa, de resolução, de audácia e de espírito criador.**

completa ilegalização, recompor forças e romper de novo a barreira das interdições fascistas.

O mesmo no movimento associativo dos estudantes com a reabertura e funcionamento das associações. — batalha constante e insustentável ao longo dos anos, na qual nenhuma posição se pode considerar ganha ou perdida por longo tempo. O mesmo na formação, na defesa, na continuidade, no desenvolvimento do movimento sindical e de cada uma das suas posições. O mesmo no dia a dia da luta reivindicativa operária, da luta nas empresas.

Os caixeiros de Lisboa não desanimaram com a anulação das eleições e conseguiram de novo a sua realização. Aos operários da EMPEC, que reclamavam aumento de salários, foi respondido: «Nem falar nisso». Os trabalhadores responderam não fazendo horas extraordinárias e foi logo dado o aumento. Inversamente, na STCP, os operários, que tinham paralisado o trabalho, aceitaram (num momento em que estavam na ofensiva e numa forte posição) terminar a luta com a formação de um «grupo de estudos», que permitiu à administração quebrar a combatividade, colocar os trabalhadores na defensiva e, passando ao ataque, abafar a luta. Na Gialco, os 400 trabalhadores fizeram greve 10 dias. Mas retomaram o trabalho a troco de boas palavras do patronato, o que permitiu a este passar logo à repressão.

Há inúmeros casos em que o inimigo, embora na aparência forte, arrogante, definitivamente disposto a não atender as reclamações, está de facto prestes a ceder. Mas se, nesse preciso momento, os trabalhadores, os democratas, descreem das suas forças, a batalha está perdida. A confiança nas próprias forças e na vitória, é condição do sucesso.

Cuidado porém! O excesso de confiança também é perigoso. Nas eleições no seu sindicato, os metalúrgicos de Aveiro, vendo que a lista da classe, apesar das falcatruas e provocações da mesa, levava 100 votos de avanço, começaram a abandonar a sala e assim tornaram possível que os laiaos acabassem por fazer uma «chapelada».

A luta popular caracteriza-se, no momento presente, **por uma grande fluidez.** Trata-se uma constante batalha de posições, uma luta por postos avançados. Observa-se fre-

quente vaivem, com a conquista, a perda, a reconquista, de reivindicações económicas, de posições em organizações de massas (sindicatos, associações de estudantes), de possibilidades de acção (reuniões, publicações, iniciativas, estruturas). Cada pequena batalha parcial adquire enorme importância na situação geral, pois a linha que demarca o avanço ou recuo da luta popular passa neste momento por todas as pequenas lutas parciais.

Como sublinhava em Março a Comissão Política do CC, o desencadeamento de uma nova grande ofensiva contra a ditadura fascista significa antes de mais o desenvolvimento das

lutas parciais por objectivos concretos e imediatos.

É na sorte de cada uma e de todas as lutas parciais que se decide o êxito de uma nova grande ofensiva popular ou da sua contensão pela ditadura fascista.

Em cada luta, em cada movimento, em cada iniciativa, em cada sector, os comunistas devem ter plena consciência de que a sua vitória, não só significará que foram alcançados os objectivos imediatos em vista (o que já é importante) como, inserida no grande e diversificado movimento popular nacional, confluirá para a torrente da nova grande ofensiva contra o fascismo.

A frente das massas

Em todos os sectores de luta, os comunistas não podem esquecer um princípio leninista básico da acção revolucionária: Por muito decidida e corajosa que seja, a vanguarda, se age sozinha, não só está condenada à destruição, como não pode alcançar os objectivos de luta.

Por um lado, a melhor defesa da vanguarda é a sua actividade de massas, é o apoio que lhe dão as massas. O inimigo de classe procura sempre (nas empresas, nos sindicatos, no movimento democrático, nas escolas, etc.) separar a vanguarda das massas para mais facilmente poder golpear a e, se possível, destruí-la. E vezes sem conto a acção das massas defende a vanguarda, defende os dirigentes da repressão nas suas várias formas.

Por outro lado, a grande força, capaz de obrigar o inimigo a ceder, capaz de o conduzir à derrota, é a força das massas populares. Isso é válido nas fábricas, nos sindicatos, no movimento democrático, no movimento estudantil e em todas as outras frentes de luta. Em última instância, o que decide do resultado da luta é a intervenção, a decisão, a combatividade das massas.

O desenvolvimento da luta popular significa fundamentalmente o desenvolvimento da acção das massas, a crescente participação das massas na luta em todos os sectores, a sua radicalização, a aceitação do papel da vanguarda revolucionária e o activo apoio à vanguarda.

Na sua actividade, os comunistas têm de estar sempre voltados para as massas. Para conhecer o seu sentir, as suas aspirações e as suas disposições. Para transmitir e pôr ao serviço das massas a experiência do Partido e também para aprender com as massas, com as suas experiências e espírito criador. Para ajudar a definir os objectivos de luta em cada momento e a escolher as formas de acção apropriadas. Para esclarecer e ganhar as massas para a política do Partido. Para conduzir as massas à luta e à vitória.

Estreitar as ligações com as massas em todas as frentes, pôr-se audaciosamente à frente das massas e conduzi-las ao sucesso, tal a tarefa que o Partido indica como direcção principal, a todas as suas organizações e militantes, no novo fluxo de luta popular.

No momento presente, o ritmo da acção dos comunistas não pode ser igual ao que por vezes tem sido em períodos de refluxo, nos quais as massas se encontram deprimidas por uma derrota e ao Partido se impõe um trabalho lento, silencioso, paciente, por vezes demorado, para sarar feridas, evitar o choque com o inimigo, recompôr forças para mais tarde voltar ao combate.

Uma tal situação pode, é certo, verificar-se, em qualquer momento, num sector que seja fortemente atingido pela repressão. Mas a situação geral do Partido não é essa.

O momento actual é particularmente rico pela evolução favorável das condições objectivas, pelos progressos gerais do movimento popular e da sua organização, pela ampla unidade antifascista, pela influência e força real do nosso Partido, pelas perspectivas de desenvolvimento relativamente rápido da luta nas suas várias frentes, convergindo numa nova grande ofensiva.

Assimilando e aplicando a orientação do Partido, trabalhando com tenacidade e confiança, mobilizando e concentrando as forças nos pontos decisivos e nos momentos decisivos, ligando-se cada vez mais estreitamente às massas e pondo-se à sua frente, e cuidando também, dia a dia e hora a hora, da defesa e do reforço do Partido, — os comunistas saberão estar à altura das suas responsabilidades.

Sindicatos Nacionais, Comissões de Unidade e Comissões Internas de Empresa

1

Com o enquadramento obrigatório de todos os trabalhadores (com excepção dos que trabalhavam por conta do Estado) nos sindicatos nacionais, fascistas, criados por lei, em 1933, o governo e o grande patronato tinham por objectivo confessado impedir a luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações de classe.

Na realidade, durante mais de uma boa dezena de anos, os sindicatos nacionais, iam servindo inteiramente os interesses dos patrões através de direcções compostas por elementos corrompidos e traidores aos seus irmãos de classe. A entrada e a frequência nas sedes dos sindicatos nacionais eram mesmo vedadas aos trabalhadores sindicalizados.

Como resultado da definição de uma justa linha política do P.C.P. em relação à acção a desenvolver nos sindicatos nacionais e sua popularização persistente entre a classe operária e outros trabalhadores, estes, em particular a partir de 1944-1945, transformaram não poucos sindicatos em verdadeiros campos de batalha de classe pelas suas reivindicações económicas imediatas. Na continuação destas batalhas e entrelaçando-se com elas, os trabalhadores ao longo dos anos, têm conseguido eleger e colocar à frente de muitos sindicatos direcções da sua confiança.

A partir de 1968, na base dos próprios sindicatos nacionais, desenvolve-se um verdadeiro movimento sindical, dinâmico e combativo, que se bate corajosamente, ano após ano, tanto em defesa dos interesses económicos e sociais como pelos direitos sindicais dos trabalhadores.

Ante esta evolução desfavorável para o regime fascista e os monopólios capitalistas que serve, a repressão policial, incluindo a prisão e a tortura, e as represálias patronais, como despedimentos, baixas de categoria,

etc., passam a atingir os dirigentes, delegados e outros activistas sindicais nas empresas e localidades, por se manterem firmes nas suas posições de classe. Por seu lado, os trabalhadores apoiam a acção combativa dos dirigentes sindicais e defendem-nos da repressão fascista e das represálias patronais.

O ministro das Corporações e o secretário do Trabalho e Previdência chamam e ameaçam direcções de sindicatos com a destituição e com a nomeação de Comissões Administrativas ou de «curadores» que podem permanecer indefinidamente em funções se as direcções não controlarem, dizem, os sindicatos, isto é, se não impedirem a frequência dos associados e reuniões nas sedes daqueles.

Ao mesmo tempo, o governo faz publicar apressadamente despachos, portarias, decretos e leis anulando e modificando a legislação anterior, com o que agrava a situação económica e social dos trabalhadores, procura tornar impeditiva qualquer acção reivindicativa nos sindicatos nacionais, assim como a eleição de direcções compostas por homens e mulheres honestos, da confiança dos trabalhadores.

A importância dos sucessos alcançados e das posições conquistadas no terreno da luta sindical é tanto mais de salientar porquanto, em cada passo análogo, a classe operária e as massas trabalhadoras tiveram que enfrentar uma violenta repressão. A luta contra a repressão tornou-se assim parte integrante da luta em defesa das posições conquistadas e condição indispensável para novos avanços nesta importante frente de combate do proletariado pelas suas reivindicações económicas e sociais. Neste combate, é indispensável dar maior amplitude e firmeza à acção dos trabalhadores em defesa dos dirigentes sindicais.

2

A camisa de forças com que o patronato e o seu governo pensavam poder manietar indefinidamente a classe operária e as massas trabalhadoras no terreno da luta sindical começou assim a estoirar por todas as costuras.

Já antes estoirara dentro das empresas. A luta reivindicativa dos trabalhadores não se desenvolveu apenas (nem principalmente em muitas classes e em muitas épocas) nos sindicatos. Ela desenvolveu-se constantemente nas próprias empresas, onde se tra-



balhadores, ao longo dos anos, souberam criar formas maleáveis de organização, as Comissões de Unidade, para dirigirem as suas lutas, onde as concentrações, as paralisações e as greves se contam por milhares desde a criação da orgânica corporativa do Estado. Pode mesmo dizer-se que os trabalhadores puderam passar ao assalto dos sindicatos, porque tinham adquirido uma longa experiência e uma sólida unidade de classe na luta diária pelos seus interesses imediatos dentro das empresas.

E ante o desenvolvimento da acção reivindicativa dos trabalhadores tanto nos sindicatos como nas empresas, que o governo e o grande patronato, com os tubarões da CUF, à frente, começam a pensar na criação de novos organismos, por eles directamente controlados, que substituam as Comissões de Unidade dos trabalhadores e desviem os conflitos de trabalho do âmbito sindical nos casos em que os sindicatos se tornam um instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores.

As Comissões Internas de Empresa foram a primeira experiência, sendo de admitir que os seus criadores tinham objectivos mais largos. Possivelmente — talvez, porque não? — uma espécie de sindicatos de empresa podendo englobar um grupo de empresas controladas e dirigidas directamente pelos patrões ou por representantes seus, ou mesmo por funcionários do Estado cuidadosamente escolhidos.

Os banqueiros, por sua vez, ante a luta persistente e corajosa dos trabalhadores durante anos nos sindicatos e através deles, e as conquistas alcançadas, tentam também agora criar Comissões Internas nos bancos com o objectivo declarado de neutralizar a acção sindical orientada por direcções honestas gozando do

apoio massivo dos trabalhadores. Desta forma, conforme contra-proposta dos banqueiros ao projecto de Contrato Colectivo de Trabalho apresentado pelos sindicatos, a constituição e funcionamento das Comissões Internas, segundo os seus desejos, «serão definidos pelas instituições bancárias». E, «A entidade patronal far-se-á representar, pelo menos por um membro, podendo no entanto igualar o número dos representantes dos empregados».

E vão mais longe: a triunfar a ideia da criação da Comissão interna, o parecer desta não vincularia a entidade patronal.

Trata-se, pois, de uma verdadeira tentativa de privar os trabalhadores de quaisquer meios orgânicos legais de defesa através dos quais possam pugnar pelos seus interesses de classe, incluindo os próprios sindicatos nacionais, tal como hoje são.

Porém, o movimento sindical hoje existente, e o movimento operário em geral, têm força suficiente para se oporem vitoriosamente à ofensiva conjugada dos monopólios e do governo de Marcelo Caetano que observe. Isso implica, porém, uma mobilização permanente dos trabalhadores nas empresas e nos sindicatos, o reforço das Comissões de Unidade e das Comissões Sindicais nas empresas, dos grupos de trabalho e de apoio existentes e a sua multiplicação nos sindicatos e empresas mais importantes.

A coordenação da luta nas empresas com a luta nos sindicatos, como o P.C.P. tem salientado e os trabalhadores, na sua acção, mostraram ter compreendido, é uma tarefa de importância decisiva para o seu sucesso, pelo que importa que os comunistas e outros activistas revolucionários a tomem a peito com mais determinação ainda.

3

Em Maio de 1970, traçando a orientação em relação às Comissões Internas de Empresa, o CC do Partido, embora admitindo que «em condições e sectores muito particulares» pudesse ser considerado o aproveitamento de possibilidades da luta que eventualmente abrissem, indicava ser necessário «resistir firmemente às tentativas do patronato para criar tais Comissões, boicotá-las e trabalhar tenazmente para a formação e reforço das Comissões de Unidade em cada empresa». Esta continua a ser a directriz fundamental.

Podem é certo surgir situações particulares que aconselhem, depois de estudo atento, larga discussão e aprovação da maioria dos trabalhadores numa dada empresa, a participa-

ção nelas de delegados de trabalhadores com vistas a levarem ali, ante o patrão, as reivindicações do conjunto dos trabalhadores.

Nesses casos, porém, na sua actividade nas Comissões Internas e em volta delas, os trabalhadores mais conscientes, e em primeiro lugar os comunistas, devem ter sempre presente a ideia de desvendar perante a massa dos trabalhadores o verdadeiro carácter das mesmas. O objectivo do patronato ao criá-las, ou ao tentar criá-las, é amortecer a vontade de luta dos trabalhadores e corromper o seu espírito de classe por meio de uma bem-orquestrada propaganda ideológica que prega o «capitalismo popular», a «participação», os

«interesses comuns», a «harmonia de classes», «patrões e trabalhadores igualmente interessados no desenvolvimento das empresas, no aumento da produção, da produtividade e dos lucros». Por isso, proclamam que esse desenvolvimento não deve ser perturbado por «reivindicações excessivas» por parte dos trabalhadores.

Uma pergunta deverá andar sempre nos lábios dos trabalhadores: «Por que razão os patrões, quer se trate da CUF, da LISNAVE, da OLAIO, da SONAFI, etc., se mostram tão interessados na criação de Comissões Internas de Empresa?». E tal pergunta só pode ter esta resposta: Para, naturalmente, melhor servirem os interesses patronais contra os interesses dos trabalhadores.

É verdade que o grande patronato se proclama defensor dos interesses dos trabalhadores e não cõra ao dizê-lo. É a história do lobo vestido com a pele do cordeiro. Na experiência colhida na CUF, os trabalhadores puderam constatar que os seus delegados à Comissão Interna, que ali, ante o patrão ou seus representantes, expunham e defendiam com firmeza as suas reivindicações, eram posteriormente perseguidos nas oficinas, pelos engenheiros e encarregados e ameaçados de despedimento. Os pretextos eram vários mas a causa era sempre a mesma: por os delegados defenderem os interesses dos trabalhadores e não se deixarem corromper.

Nas Comissões Internas de Empresa, os trabalhadores que delas fazem parte sentem-se como que numa posição falsa, pois não podem ir ali apenas para apresentar e defender as reivindicações dos trabalhadores da empresa, mas principalmente para ouvir expor pelos patrões a necessidade dos trabalhadores trabalharem mais, de produzirem mais e melhor, de aumentarem a produtividade do trabalho,

de ajudarem ao desenvolvimento da empresa «para bem de todos». Isto é, para serem convidados a integrar-se na causa querida dos patrões da «harmonia de classes». Por outro lado, encontram-se ali sempre sob a pressão do receio de represálias; se se negarem a seguir as orientações traçadas pelo patronato através das Comissões Internas de Empresa.

Outra pergunta podem os trabalhadores fazer a si próprios: «Porque se mostram os patrões e o seu governo, no momento actual, o governo fascista de M. Caetano, tão hostis às Comissões de Unidade, às Comissões Sindicais, às Comissões Democráticas profissionais criadas e organizadas pelos trabalhadores?». A resposta só pode ser uma. Porque estão apenas interessados em criar e manter instrumentos que lhes sirvam para continuarem a explorar os trabalhadores e a oprimirem o povo.

Um dos donos da CUF, Jorge de Melo, dizia há anos numa reunião da sua Comissão Interna «ser necessário acabar-se com as comissões, com as listas e essas formas impróprias de se pedir o que quer que seja».

Só por si, isto põe a claro que um dos objectivos que os donos das grandes empresas procuram atingir com a implantação das Comissões Internas, controladas por si, é impedir que a classe operária e as massas trabalhadoras criem os seus próprios organismos de classe independentes, as suas Comissões de Unidade e Comissões Sindicais para organizarem e orientarem as lutas pelo melhoramento das suas condições de vida e impedir também que utilizem os sindicatos nacionais e os transformem em armas da sua luta.

A classe operária e as massas trabalhadoras condenar-se-iam a vegetar indefinidamente se não criassem todos os instrumentos orgânicos necessários e capazes de defenderem os seus interesses de classe.

4

A ideia da criação de um Sindicato que englobasse todos os trabalhadores das construções navais independentemente da sua profissão, de que falamos atrás, foi sem dúvida alguma soprada pelos donos da LISNAVE (ainda a CUF) a vários encarregados desta e de outras empresas que domina. Nas condições presentes, tal ideia obedece, em certa medida, à mesma orientação das Comissões Internas de Empresa.

Na LISNAVE, os tubarões da CUF e os seus associados estrangeiros começaram por uma Comissão Interna orientada por eles. O Sindicato que pretendiam e pretendem criar, pois não se vá julgá-los que não voltarão à carga logo que julguem chegada uma ocasião propícia, seria, no caso, como que uma

grande Comissão Interna da indústria de construção naval dado que o grupo CUF e os seus associados nacionais e estrangeiros dominam praticamente todas as empresas de construções navais do País. Mas mais, o grupo CUF domina também nos transportes marítimos, o que torna completamente dependente desse colosso económico um ou outro pequeno estaleiro naval onde não participe directamente.

O sindicato que pretende criar seria um sindicato controlado directamente pelos patrões. O que isso significaria para os trabalhadores, cada um o pode imaginar por si. Seria algo de pior do que os sindicatos durante os primeiros 10 anos da sua existência, isto é, enquanto os trabalhadores portugueses



orientados pelo P.C.P. não dispuseram da força organizada capaz e não adquiriram a experiência dada pela vida e pela luta para abrirem brechas na orgânica corporativa, entrem por elas e travarem no próprio terreno dos sindicatos nacionais pequenas e grandes batalhas pela conquista de reivindicações económicas, de elegerem e colocarem à frente de muitas direcções da sua confiança para facilitar e alargar as suas acções reivindicativas contra o patronato.

Neste caso, os planos dos grandes grupos industriais e financeiros, e do próprio gover-

no, são, porém, ainda mais ambiciosos. Eles visam enfraquecer os sindicatos metalúrgicos pela dispersão dos operários por vários sindicatos e dividir assim o mais importante sector do operariado português.

Estes planos só poderão ser frustrados por meio da luta de massas alicerçada na unidade dos trabalhadores nas empresas e nos sindicatos. Nela os comunistas devem participar activamente e desempenhar corajosamente e com determinação o papel de mobilizadores, organizadores e orientadores, conforme a orientação e as palavras de ordem definidas pelo o Partido.

FORTALEÇAMOS a organização do Partido

Parece estar claro, para os militantes do Partido, que a organização deste é uma das questões mais importantes a que temos de dedicar o melhor da nossa atenção.

Não basta, porém, ter em relação à importância da organização do Partido uma ideia clara. É necessário realizar uma acção consequente.

O primeiro aspecto dessa acção consequente é a análise das questões de organização em todo o Partido.

Sabe-se que é muito importante que todos os membros do Partido, de um modo geral, façam parte de um organismo partidário, com reuniões e actividade regulares. Um ponto que deve ser discutido nessas reuniões é exactamente o da organização.

Se se vai passando o tempo e se não se tomam as resoluções necessárias para melhorar a organização, se não se controla o cumprimento dessas resoluções é natural que uma tal organização tenha tendência para estagnar, e a estagnação é, frequentemente, condição óptima para o retrocesso.

Por isso, antes de mais, há que incluir *normalmente* a discussão do problema da organização nas reuniões de todos os organismos do Partido:

— Nos organismos de base, porque são eles os mais próximos elos do Partido com as massas, e, por isso, são os principais «criadores» de novos militantes.

— Nos organismos mais responsáveis, porque a sua experiência é indispensável para dar uma orientação adequada aos problemas que se põem nas organizações já existentes e para o alargamento da organização a novas empresas ou locais, ou para vencer as dificuldades que se apresentam por vezes até em sectores decisivos para o desenvolvimento da acção do Partido.

Em suma: *só na medida em que os organismos do Partido discutam o problema da organização e tomem as medidas adequadas para a melhorar é que, na realidade, provam que têm deste aspecto da actividade do Partido uma ideia correcta da sua importância.*

O problema da organização não é uma questão isolada das outras questões do Partido.

A sua discussão nos organismos do Partido deve, antes de mais, ligar-se com as acções de massas (e com a actividade das organizações unitárias).

Uma organização desligada das massas, fechada sobre si própria, não tem condições para se fortalecer. Pode, ocasionalmente, até aumentar o número dos seus militantes, mas o conjunto destes tem, em geral, uma actualidade de «iniciados» da politica, de costas voltadas para os problemas quotidianos das massas.

Em contra-partida, uma organização que está ligada às massas e sente bem os seus problemas, que vai ganhando experiência na orientação das suas lutas, tem todas as condições para se desenvolver e reforçar. Quando uma organização vive e ajuda a orientar as acções de massas, está em óptimas condições para atrair ao Partido aqueles representantes da classe operária e das massas laboriosas em geral que, sentindo e vivendo os problemas dos seus camaradas e colegas de trabalho, fortalecem o Partido com a sua adesão.

O facto do Partido actuar na clandestinidade, ou melhor, o facto do Partido actuar nas condições de um regime fascista, muito experiente na sua repressão odiosa e sistemática, impõe que a discussão sobre a organização tenha de ter em grande conta as

questões da *defesa partidária*.

O desenvolvimento e reforço de uma organização do Partido estão, na verdade, intimamente ligados à sua defesa, quer ante a repressão e a provocação fascistas, quer ante as faltas dos próprios militantes.

Toda a organização deve ter muito em atenção as ricas experiências do Partido no que respeita à defesa da sua actividade. Em particular, os militantes têm de ser educados no cumprimento rigoroso das regras conspirativas e na fidelidade ao Partido quaisquer que sejam as circunstâncias em que se encontrem.

Uma organização que subestima a sua defesa pode facilmente sofrer graves desastres e ser mesmo arrasada pela repressão. Uma organização que se preocupa, com cuidado e com sentido de responsabilidade, pela sua defesa, cria condições para um desenvolvimento amplo e um fortalecimento seguro.

É também uma organização ligada às massas que melhor tem condições para se defender, desde que, evidentemente, não cometa erros conspirativos grosseiros. Enquanto que uma organização desligada das massas se torna um alvo mais simples para a repressão policial, apesar da sua inactividade.

A organização, a acção de massas e a defesa são três aspectos com relações muito estreitas, que se influenciam mutuamente.

Em suma: *o desenvolvimento e reforço de uma organização assenta no estreitamento dos seus laços com as camadas populares do sector que lhe compete e numa boa defesa da acção dos militantes em relação à repressão fascista.*

Presentemente estamos vivendo uma situação política no país que pode permitir uma importante ofensiva da luta da classe operária e das massas trabalhadoras e anti-fascistas em geral. No fluxo da luta que já se está a verificar, surgem milhares de activistas, que o Partido deve procurar atrair à sua orientação e, em numerosos casos, às suas fileiras.

Importa que se saibam aproveitar as condições existentes e as que se irão criando para dar passos muito importantes e necessários para o desenvolvimento e o reforço da organização do Partido. O fortalecimento da organização do Partido será decisivo, no fim de contas, para que possam ser alcançados, a curto prazo, grandes êxitos na luta contra a ditadura fascista.

COMBATE À DESCOMPARTIMENTAÇÃO

Com o objectivo de reforçar o trabalho conspirativo do Partido é de vencer deficiências, por vezes graves, que continuam a manifestar-se, citámos a seguir mais um facto ocorrido recentemente:

Num encontro hávido entre dois camaradas funcionários, A disse a B que tinha sob o seu controlo o camarada C, que reunia boas condições para certa tarefa ligada ao sector do camarada B, mas adiantando pormenores da vida profissional de C, através dos quais era possível identificá-lo pessoalmente. B achou a ideia excelente, e logo disse que havia na localidade um camarada que podia dar a necessária colaboração para a tarefa em questão, adiantando pormenores da vida desse outro camarada, através dos quais seria bastante fácil vir a saber-se quem era.

Por essa forma, cada um dos camaradas deu a conhecer ao outro pormenores de ordem pessoal e profissional susceptíveis de identificar os outros dois camaradas. É importa salientar que, tanto num como noutro caso, a questão podia ser tratada e resolvida sem que fosse necessário fazer certas referências pessoais.

É mais um exemplo de liberalismo em matéria conspirativa, de descompartimentação, que deve ser constantemente combatida.

Infelizmente não é um caso isolado. Registam-se com certa frequência «descuidos», que levam ao conhecimento de camaradas aspec-

tos do trabalho do Partido que eles não tinham necessidade de conhecer.

Esse liberalismo, esses «descuidos», mostram que por vezes se esquece que o Partido luta na clandestinidade e sofre uma permanente perseguição.

A defesa da compartimentação, com a aplicação do princípio de cada um só conhecer da organização e dos segredos do Partido aquilo que for indispensável para a realização das suas tarefas, é princípio que importa cumprir rigorosamente em todas as organizações, em todos os escalões, em todo o Partido.

«O trabalho de organização é, em si, uma forma de luta pelo direito de organização. Toda a história do movimento antifascista português demonstra que, para desenvolver, estruturar, reforçar a organização, não se pode nem deve esperar o reconhecimento formal da sua legalidade. Por sua vontade, o governo não reconhecerá a legalidade a nenhuma forma de organização, que tenha como objectivos a defesa dos interesses dos trabalhadores e das camadas antimonopolistas, o combate ao fascismo e ao colonialismo (...). Nas condições da ditadura fascista, o direito de organização conquista-se organizando.»

(Comissão Política do CC do PCP.
«Anatol» Para uma nova grande ofensiva» Março de 1973)



QUADROS e lutas de massas

O Partido reforçou consideravelmente nos últimos anos as suas ligações com as massas, a sua actividade de massas. A multiplicação das frentes da luta popular significa também a multiplicação das direcções de trabalho do Partido. Empenhado o Partido em campos de luta cada vez mais vastos, o problema dos quadros adquire uma maior agudeza.

O Partido precisa de aumentar o número dos seus militantes, dos seus quadros. Precisa também de prepará-los de forma a que estejam à altura de cumprir tarefas cada vez mais variadas e complexas, que lhes são atribuídas. Precisa finalmente de aproveitar a grande movimentação popular para conhecer, seleccionar e promover novos quadros.

A luta é a grande incubadora dos quadros revolucionários. Na medida em que a luta se intensifica e ganha amplas massas, surgem das próprias massas militantes corajosos, cujas atitudes se revelam e que se tornam, por vezes em pouco tempo, dirigentes reconhecidos pelas massas. Numa época de fluxo da luta popular, todas as organizações do Partido devem estar extremamente atentas e empenhar os seus melhores esforços para atrair e recrutar, se possível, os melhores combatentes da classe operária, das massas trabalhadoras, da juventude.

E, entre os militantes do Partido, particular atenção e ajuda devem ser dadas aqueles que revelam talento de organizadores e de agitadores de massas, que, na empresa, no sindicato, na estrutura democrática, na escola, nos campos, se destacam na luta de massas e ganham prestígio entre elas.

Isto não significa que o Partido não esteja interessado em recrutar e promover, não

aprecie igualmente e não ajude quadros que, sem serem dirigentes, organizadores e agitadores de massas, possam desempenhar outras importantes e decisivas tarefas, como organizadores de todo o aparelho clandestino nos seus variados sectores e escalões, como militantes dos difíceis e arriscados trabalhos técnicos, como distribuidores de imprensa, como propagandistas e agitadores ilegais. O Partido necessita também de mais quadros para essas tarefas. Sem tais quadros, não poderia, não só desenvolver-se, mas nem sequer existir nas condições de actividade a que é forçado pela ditadura fascista. Além do mais, sem todo esse trabalho clandestino «silencioso», não poderia realizar-se um amplo trabalho de massas, não poderia existir toda a grande movimentação popular actual.

Mas o que se pretende particularmente abordar neste pequeno artigo é o recrutamento, a formação e a promoção de quadros em relação com o desenvolvimento da luta de massas.

Hoje, quando se acentua o fluxo da luta popular e se abrem perspectivas duma nova grande ofensiva; quando o Partido dá aos seus militantes a consigna de encabeçar e dirigir as lutas de massas; — não só o Partido tem de ajudar os seus militantes a cumprirem essas tarefas, como seria imperdoável que não soubesse tirar duma tal fase de luta todo o proveito para o recrutamento, a educação e a promoção de novos quadros.

A história do Partido dá numerosos exemplos da verdadeira «colheita» de quadros que foi possível fazer em certas grandes lutas populares, nos momentos de acentuado fluxo revolucionário. Esta observação, nos seus termos gerais, é válida para anos recentes, quando do fluxo de 1968-70 e, mesmo ulteriormente, numa ou noutra frente de luta.

A confirmarem-se as perspectivas, as lutas de massas poderão ser um viveiro de quadros. Para isso é necessário fazer acompanhar todo o trabalho de massas da preocupação de recrutar, de acompanhar, melhor conhecer e ajudar os quadros, de seguir uma acertada política de promoções.

Se todas as organizações do Partido compreenderem a importância desta tarefa, o Partido pode sair da fase de luta previsível no ano que decorre, não só com os seus efectivos aumentados, como também com mais quadros em condições de desempenhar tarefas de maior responsabilidade.

«A força moral é uma força ilimitada e todos os que perfilham o princípio «antes a morte que a desonra», todos esses serão capazes de resistir às maiores torturas da polícia».

«Um revolucionário não fala na polícia e esta não tem processos de fazer falar todo aquele que estiver na firme disposição de nada dizer sobre as suas actividades».

Do folheto «Não falar na polícia,
dever revolucionário»